



SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO FINAL

128ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
18ª LEGISLATURA

DATA: 09 DE NOVEMBRO DE 2022

LOCAL: PLENÁRIO 1º DE MAIO

- De acordo com o Precedente Regimental nº 02/2020, a sessão é realizada de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) - Há número legal. Está aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Esta é a 128ª sessão extraordinária da 18ª legislatura convocada para hoje, 09 de novembro de 2022.

Passemos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) - Passemos ao primeiro item da pauta.

- “PL 362 /2022, DO EXECUTIVO. Estabelece regras aplicáveis a estabelecimentos formados por um conjunto de cozinhas industriais, utilizadas para produção por diferentes restaurantes e/ou empresas, destinada à comercialização de refeições e alimentos essencialmente por serviço de entregas, sem acesso de público para consumo no local, configurando operação conjunta, regime de conglomerado ou condomínio de cozinhas, popularmente conhecidas como “dark kitchens”. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª (DISCUTIDO POR 55MIN48S) APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO NOMINAL E FAVORÁVEL DE 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA. HÁ SUBSTITUTIVO DAS COMISSÕES REUNIDAS”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) - O PL já foi discutido por uma hora, restando ainda mais uma hora. A primeira inscrita, falando pela Bancada do PSOL, é a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, depois, Vereadores Luana Alves, Professor Toninho Vespoli e Elaine do Quilombo Periférico, comportando seis minutos para cada

um ou uma.

Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Sílvia da Bancada Feminista.

A SRA. SÍLVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Boa tarde, Presidente; Sras. e Srs. Vereadores, as pessoas que nos acompanham pela TV Câmara São Paulo, quanto no plenário. Tanto o nosso mandato quanto a nossa Bancada do PSOL temos críticas muito graves a esse projeto que vai ser analisado agora.

A primeira grande crítica que temos é em relação à metodologia de como foi conduzido esse substitutivo. Por quê? Porque esse substitutivo se refere ao tema das *dark kitchens* só que, dentro desse projeto, foi inserido um artigo 13, que fala de outro tema que não tem a ver com *dark kitchens*. O tema tem a ver com aumento de decibéis em locais de grandes eventos, shows, grandes estádios, como nós já debatemos em outros momentos na Câmara, inclusive, com muita resistência da própria população que mora perto desses locais. Nós já fizemos audiências públicas desse tema.

Então, são dois temas completamente diferentes e não se justifica porque o aumento dos decibéis está dentro desse projeto das *dark kitchens*. Isso tem um nome que é utilizado na Câmara, tem um nome que é o jabuti, que é colocar um tema de outro assunto dentro de um projeto para que ele passe com mais facilidade, para que ele passe sem o debate necessário.

É uma crítica porque isso é antidemocrático na nossa opinião da Bancada Feminista e também do PSOL. Esse tema da questão do aumento de decibéis é muito grave porque tem relação direta com a saúde da população que mora próxima a esses locais de grandes shows e grandes eventos. Os especialistas dizem que 85 dB é equivalente ao barulho de uma turbina de avião; esses 85 não são medidos onde está acontecendo o show, é medido na casa das pessoas, ou seja, imagine você estar na sua casa com um barulho de turbina de avião. Nós não podemos permitir que isso seja votado no dia de hoje porque prejudica a saúde da população; locais, por exemplo, de indústrias que tenham esse tipo de barulho, os trabalhadores desses lugares não ficam expostos à quantidade de horas que se fica em casa, e mais, eles usam protetores

auriculares e inclusive ganham adicional de insalubridade por ficarem expostos a esse nível de barulho. Eu pergunto: o Prefeito Ricardo Nunes vai pagar adicional de insalubridade para todos os moradores que estiverem expostos a esse grau de barulho? Isso não está no projeto, ou seja, as pessoas ficarão doentes, vão adoecer e não vão receber absolutamente nada em troca. Não estou querendo dizer que elas gostariam de receber, elas gostariam que não tivesse esse barulho, esse aumento de 85 decibéis.

Isso é muito grave. É grave que na Câmara Municipal, hoje, haja um projeto sendo votado em que não foi debatida a inserção desse tema. Isso é muito grave. É um desrespeito, na verdade, com a Câmara Municipal e, sobretudo, com o povo de São Paulo, com os moradores que já se mobilizaram contra esse aumento de decibéis.

Antes de passar para o tema das *dark kitchens*, quero dizer que ontem, 8/11, chegou um ofício do Ministério Público do Estado de São Paulo, endereçado ao Presidente da Câmara, Vereador Milton Leite, exatamente solicitando com absoluta urgência, 48 horas, a remessa de cópia dos pareceres técnicos que embasaram o texto do artigo 13, do PL 362/2022, destinado a alterar a Lei Municipal 16.402, de 22 de março de 2016, bem como a cópia do parecer emitido pela Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Por que o Ministério Público está pedindo o parecer técnico? Porque ele não existe. Vão aumentar o número de decibéis sem um parecer técnico. Eles exigem que se mostre esse parecer, porque a Justiça não tem o parecer técnico. O Ministério Público não tem o parecer técnico.

Isso é muito grave e é por isso que nós estamos terminantemente contra o artigo 13 estar inserido nesse projeto.

O projeto das *dark kitchens* também é polêmico e foi fruto de várias audiências públicas realizadas na Câmara Municipal. Digamos que houve algumas mudanças importantes nesse projeto, mas elas não foram suficientes para satisfazer a população, principalmente a população que hoje já mora perto de uma *dark kitchens*.

Hoje mesmo, na hora do almoço, recebemos vídeos de pessoas que moram ao lado de *dark kitchens* mostrando como é a fumaça, como é a sujeira. Não deu para sentir o cheiro,

mas já imaginamos como é esse cheiro de gordura saindo pelas chaminés. Mesmo com a redução do número de cozinhas, mesmo com a questão das zonas onde elas serão implementadas, mesmo assim, os moradores não estão satisfeitos e querem que as *dark kitchens* sejam instaladas nas zonas industriais, que é onde uma indústria deve funcionar. Uma indústria que faz barulho, uma indústria que não tem horário de funcionamento definido, uma indústria que polui, que coloca gordura, que coloca odores na casa das pessoas, tem que funcionar em zonas industriais e não em zonas residenciais.

Essa também é uma grande crítica que fazemos ao projeto e, portanto, estamos contra.

Obrigada, Presidente.

- Manifestação da galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Boa tarde a todos. Quero trazer alguns pontos sobre o projeto das cozinhas industriais, também chamadas de *dark kitchens*.

Quando pensamos na ocupação da cidade, no zoneamento, na definição das regiões, se tal região vai ter casa ou se vai ter comércio, é porque isso tem que ser respeitado e porque tem a ver com a qualidade de vida das pessoas, Não é à toa que há regiões mais residenciais, regiões mais comerciais e regiões mais industriais, porque o impacto da ocupação numa região é diferente entre uma residência, um comércio ou uma indústria.

E o que estamos vivendo aqui é uma situação muito complicada, de fato, porque existe esse novo tipo de atividade econômica, que é chamada de cozinha industrial, gerada por um modelo de trabalho em que se usa muito o *delivey*, a entrega, enfim, e que se tem uma grande produção concentrada de alimentos numa região residencial.

E é muito importante que o poder público, que nós consigamos fazer esse debate com tranquilidade e entendendo os aspectos que ele tem. É esse debate que está sendo feito de forma apressada e não estamos conseguindo ver os aspectos que circundam esse projeto.

Em minha opinião, Sr. Presidente, honestamente, o tipo de atividade econômica de uma cozinha industrial é de uma indústria. Para mim parece absolutamente óbvio, porque é uma escala industrial. Para se ter uma ideia, porque para algumas pessoas talvez não seja muito nítido, estive visitando esses espaços, em especial no âmbito da CPI dos Aplicativos, e são espaços industriais.

São dezenas de cozinhas, Gilberto. Cada salinha tem um espacinho apertado em que os trabalhadores estão numa linha de produção para fazer o alimento, e é entrega o tempo inteiro. Às vezes pode ter 15, 20 cozinhas industriais num espaço pequeno, residencial. Isso gera um nível de impacto gigantesco sobre o bem estar de quem mora na região.

Nesse modelo econômico, essas empresas não querem sair de região residencial porque não querem aumentar seu custo. Ora! Mas se uma indústria produz em escala industrial, sim, ela vai ter de aumentar o custo ao pensar a logística. Por que vai ser diferente de cozinha industrial?

Então quero trazer esse debate aqui para vocês. Não tem como fugirmos desse debate. Eu entendo que o projeto traz alguns parâmetros para tentar reduzir a questão do odor, reduzir a questão da gordura, reduzir a questão da pressão sonora. Só que não dá para tentar encaixar um estabelecimento industrial no meio de uma área residencial. É isso que eu quero trazer para os senhores.

Esse projeto, em sua essência, ao tentar regulamentar fica no meio do caminho; coloca algumas regras, algumas melhorias, mas não vai à questão fundamental que é entender que não dá para os estabelecimentos ficarem na região onde estão, com a escala que eles têm. Se for para ficar em região residencial, então vamos estabelecer o máximo de cozinhas, por exemplo. Não vai poder ter 20 cozinhas, 30 cozinhas, porque isso é escala industrial. Então é isso que temos de pensar nesse projeto. Infelizmente não está pensado e acho que este é o

grande problema.

Tem outro problema muito grave, Sr. Presidente, que quero chamar a atenção, que é em relação aos entregadores. Os entregadores fazem uma rota, um trajeto, muitas vezes trabalhando 10, 12, 14 horas por dia. Eles vão de cozinha industrial em cozinha industrial para fazer o seu *delivery*. O que acontece é que houve algum avanço nesse projeto, porque passa a estabelecer a vaga de estacionamento, para não ficar um monte de motos ou de bicicletas em frente ao local, muitas vezes o motociclista tendo de pagar multa, porque não tem onde estacionar. Então tem um avanço no sentido de colocar vagas de motos.

Mas não coloca a questão do bem estar e da salubridade. Não coloca, por exemplo, de forma bastante nítida a questão dos banheiros. Vocês sabem disso. O entregador tem o tempo contado no relógio. Muitas vezes, inclusive, os aplicativos negam, mas fazem a modalidade *express*, que é ter de fazer tal entrega em até tantos minutos, Sr. Presidente. Se não faz em quinze minutos, vai perder o valor da entrega dele. Então muitas vezes não dá, você fica o tempo inteiro e não consegue nem parar para beber água, para se alimentar, para ir ao banheiro.

Aqui chega a estabelecer um pouco a questão do banheiro, mas deixa vago, deixa conforme o entendimento do estabelecimento. Eu vou ler: Artigo 7º, quanto à estimativa do número de banheiros para profissionais de serviço de entrega, o que o PL coloca?

“Para o estabelecimento que abriga um conjunto de cozinhas industriais utilizadas para produção por diferentes restaurantes e/ou empresas destinadas à comercialização de refeições e alimentos, essencialmente por serviços de entregas, sem acesso de público para consumo no local, configurando operação conjunta, regime de conglomerado ou condomínio de cozinhas, para fins de cálculo de quantidade de instalações sanitárias devem ser considerados os prestadores de serviços de entrega”.

Vou repetir: “para fins de cálculo de quantidade de instalações sanitárias devem ser considerados os prestadores de serviços de entrega”. É vago. “Devem ser considerados.” O que é “devem ser considerados”? Isso não estabelece um parâmetro, não estabelece que, se tiver xis cozinhas, vai ter xis banheiros; que, se tiver tal volume de atividade de entrega, vai ter tantos

pontos para o entregador conseguir sentar e se alimentar. Não estabelece isso, então mais uma vez deixa vaga a questão do bem estar dos entregadores.

Diante disso, Sr. Presidente, não tem possibilidade de a nossa Bancada ser favorável. Sem contar que nem entrei no ponto, que também é revoltante, de que colocaram o Artigo 13, que não tem absolutamente nada a ver com cozinha industrial e que é para tentar aumentar o volume máximo que grandes eventos fazem na cidade de São Paulo.

Talvez quem esteja acompanhando essa questão das *dark kitchens* não saiba, mas nós tivemos uma discussão muito séria neste ano e no ano passado, na Câmara Municipal, sobre a questão do volume máximo de decibéis que se poderia ter em especial pela questão do Allianz Parque e dos *shows* que são realizados.

Na época, o Governo não conseguiu estabelecer o limite que queria colocar. Naquela época não conseguiu. Não conseguindo, resolveu colocar isso aqui agora. Isso foi o que aconteceu. Então não tem condição.

Eu queria, mais uma vez, pedir para os senhores Vereadores que, ainda que estejam de acordo com a questão das *dark kitchens*, nós do PSOL, não estamos porque para nós é insuficiente, mas aos meus Colegas Vereadores que acham que a questão das normas e da regulamentação da cozinha industrial está suficiente, eu peço que, ainda assim, repensem. Porque o artigo 13º muda o projeto inteiro e o coloca sobre outra esfera, outro âmbito, outro campo.

Quero fazer esse apelo aos meus Colegas Vereadores porque, mesmo que concordarem com o aspecto das *dark kitchens* não há como votar, porque tem um artigo aqui que desrespeita o outro projeto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) - Concluindo, Vereadora.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - Já conclui, Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) - Senão vai tomar tempo do PSOL, tomar tempo dos seus parceiros.

Registro a presença dos alunos da Faculdade de Direito Mackenzie. Peço uma salva de palmas. (Palmas)

Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo e pelas redes sociais, complementando um pouco do que a nossa Bancada já vem discutindo sobre o projeto, faço a seguinte reflexão com as pessoas: nós moramos numa cidade onde todos dizem que é caótica. Há muito trânsito, poluição, poluição sonora e atmosférica, uma série de problemas.

A Lei de Zoneamento tenta, pelo menos, requalificar um pouco a cidade. O zoneamento é feito, principalmente, para as áreas residenciais, para oferecer um mínimo de conforto. Não é possível as pessoas, na cidade de São Paulo, uma boa parte da classe média, alta e da elite, terem de comprar casas fora, porque a cidade é vista para ganhar dinheiro e a outra cidadezinha onde a tal casa foi comprada é o lugar para descanso.

São Paulo pode ser um local gostoso também de morar, agradável de viver e com qualidade de vida. A cidade caótica não é assim por ser desorganizada, bagunçada de propósito. Está assim porque projetos como esse que estamos votando passam e produzem um ambiente impossível para morar.

Se formos favoráveis a esse projeto, vamos aprovar um setor industrial em áreas residenciais, que trará um monte de complicações, desde a questão do odor de gordura, poluição atmosférica para as residências no entorno dessas cozinhas onde é produzida alimentação em massa, assim como a poluição sonora. Basta imaginar a quantidade de motos circulando numa mesma região residencial constantemente.

O mínimo de bom senso a ser aplicado é de ter um nível de controle sobre isso. O projeto, no fim, controla muito pouco e dá uma liberdade enorme para a instalação de grandes

indústrias alimentícias em áreas residenciais.

As pessoas não estão enganadas. Se votarem num negócio como esse, estarão votando na má qualidade de vida para os paulistanos. Não há outra explicação. Aí não adianta vir tentar achar mais emprego. Não. A gente pode ter emprego para as pessoas instalando essas indústrias em locais adequados.

Mais ainda, o projeto não fala na qualidade de condições para os trabalhadores do lugar. Se for pensar na lucratividade somente, não pensando na qualidade de vida das pessoas que trabalham nesses lugares, nem consideram a qualidade do entorno para as pessoas que moram por ali, não há como votar um negócio como desse – mais, ainda, pessoal: de última hora.

Também não adianta, com todo respeito ao Líder do Governo, falar que isto não é um jabuti. É um jabuti, que é o artigo 13, porque desse artigo 13 eu me lembro muito bem, de tempos atrás, no café. Sabem como essa proposta de aumentar os decibéis em volta do Allianz Parque apareceu? Em um papel de pão, escrito – sei lá se foi a lápis ou à caneta. Foi assim que apareceu essa proposta aqui, depois de relações que Vereadores daqui tiveram, lá, com a diretoria do Palmeiras.

Poxa, gente, eu sou palmeirense, mas a discussão, aqui, é pelo bem da cidade, porque, se abrir essa brecha, lá, agora, também, vai abrir uma brecha em vários lugares da cidade. Quando estamos falando disso, não estamos falando de qualidade de vida, de conforto das pessoas. Nós estamos falando de saúde pública. As pessoas vão perdendo a audição. Elas não vão conseguir dormir direito. Vão ter um monte de problema, mas vão perdendo a audição. Esses parâmetros que foram votados como lei, já, na Câmara Municipal, são parâmetros internacionais. Inclusive, os nossos parâmetros são bastante benevolentes em comparação com outros países. Mesmo assim, aqui vão querer abrir a brecha, porque é um pedido da diretoria do Palmeiras.

Gente, isto é um escândalo na cidade de São Paulo. É um escândalo para a Câmara. É um escândalo para os Vereadores se submeterem à vontade do Executivo. Coloca-se a

Câmara Municipal de joelhos ao Executivo, porque não se faz um debate como deveria. Depois, não adianta falar, assim: “Por que a população não acredita, às vezes, nas nossas instituições parlamentares?” Porque é desse nível que vêm propostas, sem debate com a sociedade, sem escutar a sociedade.

Eu estou aqui, inclusive, com uma nota da Samovis, cujo Presidente é o Sr. Jorge Eduardo de Souza. Da sociedade civil, está todo mundo contra. Este Parlamento não tem de representar a sociedade civil? Não somos votados por eles? Mas, na hora do “vamos ver”, a Câmara vai virar as costas para a sociedade civil? Eu não entendo um negócio desses.

Então, Presidente, nós, do PSOL, somos veementemente contra isso, porque escutamos o povo, porque aqui é a Casa do Povo e o povo tem de ter legitimidade e voz, inclusive, para as decisões sobre os rumos desta cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo, público que está nas galerias.

Primeiramente, já se falou um pouco da forma absurda, errada, com que o Prefeito encaminha os projetos para a Câmara Municipal. Novamente temos um jabuti colocado na Câmara Municipal. É um tema que não tem pertinência com o projeto de lei que estamos votando, mas nele foi colocada uma emenda com a questão do ruído, do aumento da possibilidade de ruídos em determinada região da cidade de São Paulo – no caso, onde há o Allianz Parque, o

estádio do Palmeiras. É um absurdo. Quanto à legislação, o Governo já tentou, na verdade, por algumas vezes, colocar em alguns projetos essa emenda, que dá a possibilidade do aumento dos decibéis naquela região. Não passou e está tentando colocar isso neste projeto, um projeto que não diz nada com aquela região.

É um absurdo, porque os moradores da região de Perdizes, ali, perto do Palmeiras, vão ter, das suas janelas, nas suas casas, 85 decibéis. Para vocês terem uma noção, isso significa quase estar ali, na cabeceira do Aeroporto de Congonhas, com aquele ruído das turbinas dos aviões. É mais ou menos o equivalente ao que vai ser permitido com os *shows* no estádio. É uma emenda absurda, que tem de ser discutida. Temos de discutir isso em um projeto apartado, e não colocando isso nesse projeto das cozinhas industriais. Então, condenamos veementemente essa forma de agir, da colocação dos jabutis em projetos que não tem nenhuma pertinência com o tema, que são as cozinhas industriais. O tema propriamente dito do PL 362, que são as dark kitchens, são as cozinhas industriais, na verdade, começa errado desde o seu início, desde a chegada à Câmara Municipal. É um projeto que evolui um pouco? Evoluiu, mas ele chegou aqui desconsiderando totalmente os trabalhadores dos aplicativos que estariam nas cozinhas pegando os alimentos da cozinha e levando nas residências. Nem banheiro teriam, nem água, para vocês terem uma noção de como o Governo está tratando esses trabalhadores e está tratando essas atividades. É um projeto que está beneficiando alguns empresários, deixo bem claro isso, são poucos empresários que estão sendo beneficiados com esse projeto. Projeto absurdo que vai contra o que nós decidimos aqui no passado.

A Câmara Municipal aprovou um Plano Diretor aqui mesmo, eu não estava presente nessa legislatura, mas a Câmara aprovou o Plano Diretor estabelecendo quais as regiões que seriam industriais, quais as que seriam comerciais, então tem uma especificação, uma legislação própria dizendo isso. Agora, o que estamos assistindo aqui é uma burla ao Plano Diretor porque está permitindo esse projeto, se for aprovado dessa forma como está aqui, permitindo que as cozinhas industriais sejam instaladas. Na verdade, a Administração Municipal fechou os olhos para o que estava acontecendo. Foi omissa na instalação dessas cozinhas nas janelas dos

moradores daqui da cidade de São Paulo.

Então, em muitos lugares temos essas cozinhas industriais desrespeitando a legislação ambiental, o próprio ruído que os moradores acumulam ali, falam ali, dos trabalhadores dos aplicativos que estão trabalhando nessas cozinhas industriais de uma forma precária, então a Administração fez vista grossa ao que estava acontecendo e agora o Prefeito Ricardo Nunes coloca o projeto na Câmara Municipal para regularizar essa atividade, que é uma atividade que começou de uma forma clandestina. A Administração fechou os olhos e temos esse problema grave.

Vai acontecer aqui o que aconteceu com o Minhocão no passado. Havia ali os prédios construídos na região da Avenida São João, no Elevado Costa e Silva, os prédios existiam e a Administração aprovou a construção do Minhocão interferindo na vida de milhares de cidadãos que moram naquela região. Então, a pessoa quer saber qual o nível de incomodidade vá para dentro de uma daquelas unidades residenciais que tem ali no Minhocão que vamos saber exatamente o que aconteceu, da incomodidade, da desvalorização dos seus imóveis e a Prefeitura não fez absolutamente nada até hoje. As pessoas tiveram seu patrimônio diminuído, tiveram seu sono alterado, o seu descanso sagrado alterado, e é o que vai acontecer se esse projeto for aprovado com os moradores que moram em torno dessas cozinhas industriais. Porque, é claro, é evidente, quem já esteve lá em algumas dessas cozinhas, quem visitou, vocês podem ver a característica, é uma característica de um espaço industrial e sendo um estabelecimento industrial, ele tem de ir para onde o Plano Diretor especificou que eles fossem, para uma zona Industrial.

Então, não se pode admitir que ao lado dessas residências tenham essas cozinhas industriais. Nós da Bancada do PSOL somos contrários, tanto ao mérito de como está sendo discutido, como a forma que foi colocado esse jabuti dos 85 decibéis, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – Obrigada, Presidente. Boa tarde a todas e todos, gostaria de saudar meus colegas Vereadores, a Mesa dessa Casa, as pessoas que nos assistem. Está se falando hoje sobre o projeto das dark kitchens e eu gostaria de destacar alguns pontos e justificar o meu voto nesse projeto, porque embora eu reconheço o esforço, sobretudo, da Comissão de Política Urbana aqui dessa Casa, de chegarmos num denominador comum, por ora não garantiu as principais demandas dos moradores, das associações e também não atendeu as demandas dos moradores das associações e não atende às demandas da nossa bancada.

Entre os principais problemas que vemos persistir no projeto, mesmo com o substitutivo, destacamos pelo menos três. O primeiro é a questão que estamos discutindo nesta Casa hoje, que são os ruídos. Tanto os moradores desses territórios que já são afetados como nós da bancada já havíamos alertado que existe um problema grave com o atual limite de decibéis, que já hoje causa bastante incômodo durante o dia e que não seria resolvido com o horário de funcionamento proposto pelo projeto. Os ruídos, embora em tese estejam abaixo do limite legal, são constantes, e o horário de funcionamento proposto pelo projeto reforça isso já que entre a 1 hora e as 5 horas da manhã essas cozinhas são higienizadas, e o barulho ainda assim extrapola o que seria razoável.

Nossa bancada apresentou uma emenda para que esses estabelecimentos funcionassem durante o horário do PSIU, das 22 horas às 7 horas. Isso já era um problema anterior, que vinha sendo discutido; mas, com esse “jabuti” que o governo fez questão de colocar no projeto para aumentar o limite, o ruído ficará muito pior. A população está pedindo que seja diminuído o ruído, e esta Casa vai aceitar um projeto que propõe aumentá-lo ainda mais. Não sei de quem foi essa ideia maravilhosa, brilhante; mas é muito impressionante que esta Casa tenha se oposto a isso desde a questão havida com a Allianz Arena, cujo suposto projeto chegou, para quem não se lembra, escrito em um guardanapo. Esse tipo de pressão de empresários só prejudica a população local que está assistindo a esta sessão e que vai vivenciar a situação.

Entendemos que isso é um absurdo. Os moradores de Perdizes, Pompéia e outros territórios mostram esses ruídos invadindo as casas e o quanto isso os afeta. Então, não podemos fechar os olhos e ignorar essas demandas que têm chegado repetidamente a esta Casa.

Outro ponto está relacionado a outro tipo de dano ambiental, a destinação dos resíduos e a poluição gerada, além da poluição sonora. Essas cozinhas são industriais de fato e vão gerar um grande impacto ambiental, desde o excesso de ruídos até o excesso de resíduos, que podem não ter a destinação e o tratamento adequados, entre outros transtornos já apontados, como o cheiro de gordura. Nessa semana foi veiculada matéria no SPTV em que os moradores falavam que não conseguem colocar as roupas no varal porque elas ficam engorduradas, e há vários desses relatos de moradores.

Lembro também que alguns Colegas desta Casa fizeram diligências a essas locais, e - assim como os moradores disseram repetidamente nas audiências públicas -, para além da quantidade de lixo gerada nesses estabelecimentos, encontraram depósitos de lixo próximos ao mesmo local onde se preparam as comidas, locais sem saída de emergência e sem acessibilidade. Ou seja, totalmente inadequados, em termos de higiene, para o preparo das refeições. E mais uma vez apresentamos emendas para que os estabelecimentos apresentassem um plano mínimo de gestão de resíduos, conforme prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O terceiro ponto que quero abordar são as condições de trabalho nesses locais. Esses estabelecimentos também pecam nas condições impostas aos seus trabalhadores, tanto os entregadores – que ficam nesses locais sem acesso adequado a banheiro – como os demais trabalhadores das cozinhas, que já estavam sendo prejudicados, já que esse projeto não garantia infraestrutura mínima e digna, como banheiro, refeitório e local de descanso.

Assim, vale salientar que esse mínimo apresentado nesse substitutivo é uma vitória, mesmo que parcial, da pressão feita pela nossa bancada. De qualquer forma, apesar de reconhecer essa tentativa de regulamentação, o conjunto ainda apresenta uma série de problemas que destaquei na minha fala. Para nós, é muito difícil um projeto do qual poderíamos

hoje estar falando de forma positiva se tivéssemos conseguido fazer essas conversas. Então, infelizmente teremos que votar contrariamente. É isso, Presidente. Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir o projeto pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, o nobre Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO (PT) – Srs. Vereadores, Sras. Vereadora e público que se encontra aqui na Casa e que nos acompanha por meio da TV Câmara, vejam: São Paulo é uma cidade que tem doze milhões de habitantes, tem a população de um país. É uma cidade que tem conflitos. A periferia lá do Grajaú, de Pirituba ou da zona Leste é diferente das áreas mais nobres da cidade, com seus vários problemas.

Aqui, por várias semanas, discutimos esse projeto das *dark kitchens*, das cozinhas industriais. Foi uma atividade nova praticamente na hora que surgiu, em função da pandemia. É o tipo de trabalho, é o tipo de investimento que é um pouco parecido com feira: Todo mundo gosta de feira, todo mundo utiliza-se da feira, mas ninguém quer na frente da sua casa. Por isso, esse projeto está aqui. Como já disse, ele veio com a pandemia, acompanhado também de uma nova categoria de trabalhadores e trabalhadoras, que surgiram também nesse período.

Aqui nós temos que discutir não só a regulamentação dessa atividade, porque não tem regulamentação. Isso cria insegurança na economia e no mercado. Querendo ou não, embora eu divirja da situação de empregos que são criados, criam-se empregos. O problema aqui não é só regulamentar essa atividade.

Um segundo problema é também se regulamentar a função e os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras que trabalham nesse setor, e sabemos em quais condições eles trabalham, nos famosos aplicativos. Aí já não é tão dependente da Prefeitura, mas de uma lei federal. É Brasília que tem que trazer essa regulamentação.

Espero que o novo Governo - tenho certeza absoluta que isso vai acontecer, porque já é ponto de debate - traga uma legislação que regule esses trabalhadores e dê direitos

a eles, que eles têm e merecem, porque quando um trabalhador como esse sofre um acidente não tem cobertura alguma. Não tem direito a férias e não tem direito a 13º e o salário que ganha é de acordo com o que trabalha. Se não trabalha também não ganha.

Então, é um debate longo e não é fácil. E nós estávamos caminhando muito bem, para entrar num acordo. Talvez haja um consenso muito bacana aqui na Casa em relação a essas cozinhas industriais. É verdade que alguns já falaram aqui que o texto melhorou, avançou um pouco. É verdade que avançou; no entanto, ainda não atende a tudo aquilo que é necessário, tudo aquilo que é preciso.

Hoje votar, em primeira, não é aprovar um projeto. Um projeto é aprovado quando se vota em segunda. Certo? Votar, em primeira, faz parte de um debate que só se finaliza quando se vota, em segunda, com a maioria dos Vereadores e Vereadoras votando no projeto. É verdade que essa questão dos ruídos veio aqui como uma espécie de jabuti. Quem está aqui, na Casa, já está acostumado com isso. Essa não é a primeira vez e não vai ser a última. Inúmeras vezes, vieram projetos aqui para esta Casa, que chamamos aqui, no linguajar popular, de jabutis; mas a Câmara precisa debater, ouvir a sociedade claro, ouvir aqui esta Casa e achar saídas para resolver os problemas que chegam aqui e que afetam a cidade.

Eu sempre digo que a Câmara Municipal de São Paulo é a Câmara diferenciada de qualquer lugar do país, porque não é comum, em outras Casas Legislativas Municipais, existir o debate que há nesta Casa. Isso só acontece porque essa cidade tem doze milhões de habitantes. Essa cidade é a terceira economia do país. Só perde para a União e para o Estado de São Paulo. Depois é São Paulo, a capital.

Sr. Presidente, nós não lidamos com país. Há sistema de transporte e tudo o que imaginamos. Eu moro na periferia. Sou vizinho ali do Grajaú, do bairro do Grajaú, onde praticamente moro. Nós moramos num distrito onde é uma grande cidade do país, ou seja, quase um milhão de habitantes moram ali, assim como há vários outros distritos aqui na região Central que tem o número de moradores muito alto aqui na cidade de São Paulo.

Na bancada do Partido dos Trabalhadores também não há um consenso. Há a

questão do debate aqui. Não há um consenso, mas há o entendimento e uma maioria, e nós da própria bancada, e é necessário achar uma saída para sinalizar que temos de conseguir a regulamentação, principalmente para a questão das cozinhas industriais.

Qual é o grande problema, a meu ver. Essa questão do barulho na cidade de São Paulo, vocês não imaginam na periferia o que é! São os famosos Pancadões que existem nos finais de semana, principalmente nas comunidades mais pobres e carentes; os bailes que acontecem em salões em meio às áreas residenciais. Lei nós temos até de sobra. O problema é aplicar a lei, é fazer cumprir a lei, certo?

Por exemplo, a Prefeitura não tem funcionário para atender as chamadas do PSIU! É necessário que se tenha funcionários para fazer cumprir a lei. Então, se a gente aprovar aqui a diminuição dos índices de barulho, ou coisa parecida, se não tiver fiscais, não vai adiantar! Mesmo que nós estabeleçamos índices menores, ou maior, ou ali no meio, não vai adiantar. A menos que haja convicção política também, porque, nessa campanha, vocês sabem que eu estava na campanha como candidato, e o meu equipamento de som foi multado umas três ou quatro vezes, acho eu.

E sabem qual era o motivo da multa? Diziam que estávamos dos índices de decibéis que eram exigidos na rua, mas o carro não estava parado num lugar, estava em movimento. Claramente ali havia uma intenção política da Polícia Militar, que tinha a opção pelo candidato Bolsonaro, e com raiva, que, com raiva acho que não vou conseguir, mas vou entrar com recurso. Mas eu fui multado. Aliás, até agora chegaram 4 multas, acho até que tem mais, exatamente sobre o barulho que o carro de som estava fazendo na rua, mesmo circulando, tocando jingle.

É necessário debater sim, e eu conversei com o Líder do Governo Vereador Fabio Riva, conversei com o Presidente da Casa Vereador Milton Leite, e, claro, precisamos apresentar em segunda votação um substitutivo que melhore o projeto para, assim, poder discutir melhor e atender minimamente as reivindicações da população.

Eles me prometeram que fariam; que votaríamos em primeira hoje e, em segunda, com mais audiências públicas – podemos fazer duas audiências públicas, uma tem de ser feita

ainda, então mais uma audiência pública – e que, portanto, estão propícios a aceitar mudanças no projeto e é isso que eu espero. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Primeiro quero cumprimentar o público que está nas galerias nos acompanhando no dia de hoje.

Essa matéria aqui, o PL 362/22...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Vereador, antes, me permita vênha, para registrar, em respeito, a presença do Vereador Simões, do AVANTE, já estava indicado em ata aqui na Mesa. Vereador, é uma honra recebê-lo nesta Casa. Peço uma salva de palmas. (Palmas) (Pausa)

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Retomando aqui, Presidente, cumprimentar a todos mais uma vez, saudar os Pares presentes.

Quero dizer que toda e qualquer matéria que nos chegue para fazer a discussão em primeira sempre haverá os debates. Isso é regra.

E sempre há o compromisso do Governo e, assim, nós temos feito, não por uma, nem por duas, nem por três vezes, mas sempre discutimos a matéria em primeira, com o compromisso do Governo de fazer ajustes para a segunda votação. Isso é natural. Isso é da regra democrática. Isso faz parte do princípio da Democracia em discutir toda e qualquer matéria e que se aplica esse caso aqui também.

É evidente que há problemas quando se inclui artigos, por exemplo inclui-se o artigo 13º na referida matéria que trata da “pressão sonora na cidade de São Paulo em grandes centros, especialmente nas atividades eventuais”. E aí estende-se para os estádios de futebol, aí tem o

Allianz Park, tem o Morumbi, tem o Corinthians, também tem o Canindé que, em breve, também terá grandes atividades. É fato que isso traz problemas para todos, especialmente para a população que está no entorno.

Quero registrar que moro em uma região onde também tem problema porque tem atividades eventuais. Essas atividades eventuais certamente causam problemas, justamente por conta da pressão sonora. O que precisa ser feito? Precisa ser disciplinado, precisa ter fiscalização que, hoje, não tem. Hoje não tem fiscalização absolutamente de nada. Não existe a fiscalização.

Tive o cuidado de ler o projeto e a matéria que está sendo discutida, ao menos, disciplina em alguns artigos onde haverá a fiscalização sistemática, onde haverá cobranças. Quero deixar claro que existe o compromisso do Governo de que, em segunda votação, discutirá especialmente a pressão sonora. Então, não vejo motivo de não votar em primeira, como já fizemos em tantas outras matérias, porque o projeto vai sendo ajustado. Conforme o processo de votação, você vai aperfeiçoando. Não vejo problema algum neste momento de fazer isso.

No artigo 146, da Lei 16.402, de 2016, encontramos: “Fica proibida a emissão de ruídos, produzidos por quaisquer meios ou de quaisquer espécies, com níveis superiores aos determinados pela legislação federal, estadual ou municipal, prevalecendo a mais restritiva.” No parágrafo 2º, do artigo 146: “Não estarão sujeitos às proibições desta lei os sons produzidos pelas seguintes fontes: d) manifestações em festividades religiosas, comemorações oficiais, reuniões desportivas, festejos ou ensaios carnavalescos e juninos, passeatas, desfiles, fanfarras, bandas de música, desde que se realizem em horário e local previamente autorizados pelo órgão competente ou nas circunstâncias consagradas pela tradição.”

Ou seja, já é permitido. O que precisa é disciplinar, fiscalizar. Isso já é permitido. Festividades esportivas e outras atividades, tudo isso já é permitido. O que precisa é ter fiscalização e disciplinar. A quem compete fiscalizar? Este projeto deixa claro que essa fiscalização caberá e será de competência da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que vai fazer a medição de pressão sonora.

Então, não vejo nenhuma dificuldade neste momento tratando-se de primeira votação, de podermos votar em primeira justamente durante esse período para fazer a negociação e os ajustes da pressão sonora daquilo que será compatível para cada região. Isso é natural de toda matéria.

No caso das cozinhas *dark kitchens*, os estabelecimentos que hoje funcionam em diversas regiões da cidade, inclusive nos bairros residenciais, qual o grande problema? Não tem a fiscalização que precisa. Então, funciona de qualquer forma e de qualquer jeito. Tem 10, 12 cozinhas funcionando no mesmo local e não cumprem a metragem adequada, o distanciamento para cada cozinha. Isso também é disciplinado na matéria. Isso fica claro: “uma cozinha não poderá ser menor do que 12 metros quadrados”. Hoje, não tem essa fiscalização. Inclusive, há problemas com muitas que já estão funcionando, problemas esses que foram tema de discussão em algumas audiências públicas, porque não tem a medição mínima exigida por cada cozinha em um mesmo espaço. Então, este é um problema grave e que o projeto disciplina, inclusive, que em um espaço acima de 500 metros quadrados deverão estar um determinado número de cozinhas.

Concedo aparte ao Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy (PT) – Caro Líder Senival Moura, V.Exa. destacou bem o problema de termos aí a inserção do artigo 13 de forma muito diferente daquilo que é o assunto do projeto de lei.

Já foram realizadas diversas audiências públicas, na Câmara Municipal de São Paulo e no Ministério Público de São Paulo, sobre o aumento do limite de decibéis. Os Vereadores presentes, assim como os Promotores do Ministério Público, os membros dos setores de Saúde e os munícipes em grande número são contra o aumento do limite sonoro para 85 decibéis – aumento que tem sido bastante criticado. Portanto, avalio que esta proposta, que visa aumentar o limite de ruído nas zonas de ocupação especial ou de qualquer outro zoneamento, deveria estar sendo tratada em um projeto de lei próprio.

Ontem, para surpresa de todos, encontramos esse tema dos ruídos no novo substitutivo do projeto sobre as *dark kitchens*, conforme V.Exa. assinalou. Portanto, creio que seria importante que o Governo refletisse sobre a retirada deste PL para que possa ser tratado separadamente, uma vez que são assuntos distintos.

Obrigado.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Está registrada a sugestão do grande Líder Vereador Suplicy, no sentido do suprimimento do artigo 13 da referida lei, como eu já havia dito. Inclusive, para votação em primeira, não há impedimento que esteja incluído este artigo com o compromisso de o Governo discutir em segunda votação a redução da pressão sonora ou, inclusive, suprimir definitivamente o artigo 13 do referido projeto de lei.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Obrigado, nobre Vereador.

Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – Boa tarde, senhoras e senhores que nos assistem, que estão conosco nesta Casa, Sras. e Srs. Vereadores, público que nos segue online por meio de todos os nossos canais.

Obviamente, eu não vou me alongar muito sobre a questão que está sendo discutida aqui, uma vez que muito já se falou. Quero demonstrar a minha enorme preocupação. Mas, antes de falar sobre a minha preocupação, devo dizer que os munícipes estiveram nesta Casa, por reiteradas vezes, trazendo os enormes problemas que as *dark kitchens* têm gerado em suas vidas: invadindo suas casas com cheiro, com barulho; criando insegurança e, inclusive, dificultando-lhes a entrada e saída de suas garagens.

Lembro a todos que eu, inclusive, tinha um projeto de lei, mas que retirei depois que eu tomei conhecimento, na primeira audiência pública, dos relatos dramáticos dos munícipes. Eu

sou uma pessoa liberal. Eu sou a favor do empreendedorismo. Eu sou a favor que todos possam gerar emprego e renda de forma mais fácil, porém eu sou a favor de que o munícipe, que paga imposto, possa dormir, possa entrar e sair de suas casas em paz, e isso não vem acontecendo com o estabelecimento dessas *dark kitchens*, mais recentemente.

Queria fazer esse preâmbulo e também dizer o seguinte, estou muito preocupada com o Art. 10. Esse artigo, conforme está aqui...

- Manifestação do público.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – Obrigada, é assim. Estou desconfortável com o Art. 10, porque permite que as dark kitchens atualmente instaladas se perpetuem na incomodidade de tudo aquilo que falei, de tudo aquilo que já escutei dos munícipes. E não podemos manter esses estabelecimentos do jeito que estão funcionando, precisamos trabalhar para que realmente seja dado um fim, para que o munícipe possa entrar e sair da sua casa com tranquilidade, sem cheiro de gordura, sem insegurança, sem cheiro de “pipi” na frente de sua casa, sem risco de incêndio, de explosão, e tudo o que já foi reportado.

Escutei, inclusive, um munícipe falando que estaria perto de uma Boate Kiss. E é extremamente preocupante, porque é fogo, é gás, uma casinha do lado da outra. Eu visitei as dark kitchens, então, há uma preocupação enorme com esse Art. 10. E quero estabelecer, inclusive, o meu compromisso, hoje estive com o Sr. Prefeito, falei com S.Exa. sobre isso. Hoje, temos votação em primeira, minha experiência, sou uma política de primeiro mandato, nova, recente, e tenho aprendido muito. Em primeira, é como se estivéssemos dando para a Prefeitura um voto de crédito, mas precisamos em segunda fazer as alterações.

Se não nos movermos voltamos para trás. Isso é muito importante. Voltar para trás é impedir que se faça algum progresso no problema que estamos tendo atualmente. Então, queria só trazer essa reflexão para os senhores. Isso é bem importante, porque nas discussões que estamos tendo não há mudanças. Se não aprovamos hoje, em primeira, é como se

estivéssemos voltando para trás.

Quero, inclusive, firmar o meu compromisso com os senhores, meu compromisso público de que aquelas que estão atualmente operando – vou fazer esse ofício e tenho esse compromisso público -, dentro de 90 dias depois dessa aprovação, se for aprovada, vou cobrar a Prefeitura para me enviar um relatório detalhado acerca de todas as dark kitchens já em funcionamento nesta Cidade. Todas terão de estar 100% de acordo com os padrões de barulho, de incomodidade, de cheiro, estrutura de estacionamento e de banheiro para os motoboys. Quero que a Prefeitura nos explique item a item e dark kitchen por dark kitchen, o que cada uma fez para que possamos impedir que aquelas que estão fora dos parâmetros estipulados no projeto de lei continuem operando.

Não podemos permitir que essas que estão operando, principalmente na Lapa, Brooklin e Butantã, continuem operando do jeito que estão. Não podemos permitir. E tenho meu compromisso de fiscalizar, através de ofício, vários dos senhores falam comigo pessoalmente, têm meu telefone, podem me acessar, estarei vigilante. E entre esta votação e a outra vamos pressionar.

Outra questão que é de suma relevância, também recebi muitas reclamações, a questão dos decibéis incluídos agora nesse projeto. Enfim, é impressionante, porque a primeira vez que vi um jaboti na minha vida, foi com um projeto que estávamos renegociando a dívida e incluíram lá um empréstimo de 2 milhões de dólares. E falei, como resolvo isso? Eu como Vereadora, era a favor do projeto, mas tinha esse negócio no meio.

De novo estamos aqui no conflito. Acho que é muito importante que se qualifique o que são esses grandes eventos, porque se houver um grande evento no apartamento em cima da minha casa, com 10 pessoas, com mais de 85 decibéis, ou são 20 mil pessoas, até quando vamos poder dormir. Ou seja, é de suma importância que essa parte que está incluída nesse projeto seja qualificada ou retirada. Acho que precisamos trabalhar muito entre agora e depois, para que isso seja realmente resolvido. Temos falado bastante com o Líder do Governo, espero que a Prefeitura esteja acessível. Como falei hoje com os senhores, falei com o Sr. Prefeito,

trouxe esse assunto e o Sr. Prefeito me ouviu, obviamente não se comprometeu, a conversa girou em torno de várias coisas, mas eu acho bastante importante deixar registrado que estarei vigilante e que os senhores podem continuar contando com esta Vereadora para defender que o munícipe possa deitar, dormir, sem cheiro de gordura na casa dele.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Registro a presença dos jovens da Associação Cultural Filhos da Corrente - Jardim Almeida Prado. Responsáveis: Rosângela Jardim Oliveira e Renato Alexandre. (Palmas)

Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TV Câmara, público presente nas galerias, esta é a Casa do Povo, a Casa da Democracia, da discussão não só de projetos, mas de ideias. Eu acho que é mais um projeto de suma importância, sobre as *dark kitchens* na cidade de São Paulo, uma vez que elas se instalaram sem uma legislação específica, baseadas em funcionamento de outras atividades. Por isso, a cidade de São Paulo debruçou-se a esse assunto das *dark kitchens*.

Quero fazer menção às Comissões desta Casa. Todas as Comissões desta Casa se debruçaram e discutiram este projeto, em especial, a Comissão de Política Urbana. Foram cinco audiências públicas, incluindo a que fizemos na manhã de ontem, onde se ouviu a sociedade civil organizada, as propostas advindas do Executivo no projeto original, que foi aprimorado, ouvindo a sociedade, os Vereadores dos diversos partidos; e apresentamos um texto em primeira discussão. Posso dizer que avançamos nesse texto, em primeira votação. É um passo que se está dando num processo legislativo.

Este projeto que trata das cozinhas altera a Lei 16.402, a Lei de Saneamento, em todos os termos incisos da lei e dos artigos não só das *dark kitchens*, mas também do artigo 13, e conversa com a Lei de Saneamento.

E para que não paire nenhuma dúvida e não reduza a competência dos Vereadores e Vereadoras desta Casa, vou falar um jargão que se usa muito nas casas legislativas: o “jabuti”. Aqui não tem nenhum jabuti, aqui se coloca um projeto que tem correlações e altera a mesma lei, diversos artigos e diversos fatores que regulam as atividades econômicas na cidade de São Paulo; e, efetivamente, também no projeto das *dark kitchens*, o artigo 4º também fala sobre os parâmetros de ruídos.

Então, nós não estamos fazendo nada ao arrepio da lei ou na obscuridade. Muito mais do que isso: na transparência, na discussão.

É isso que o Sr. Prefeito Ricardo Nunes e os seus secretários, quando encaminham projetos do Executivo, buscam nesta Casa.

As audiências públicas são pertinentes para ouvir a sociedade. Alguns ficam atentos, discutem, mas, muitas vezes, não atendemos aquilo que é o anseio; e eu, como Líder do Governo, que faço esses encaminhamentos, sei que muitas vezes não consigo – e não é nenhuma pretensão minha – convencer as pessoas de A ou de B.

O nosso papel é respeitar as posições diversas nos diversos assuntos votados nesta Casa. O papel aqui é muito mais de equilíbrio, de respeito, mas respeitando também aquilo que é mais caro para cada um de nós: a representatividade; e, principalmente, pela maioria daquilo que é votado – as votações, em alguns casos, são por maioria.

Algumas votações, Sras. e Srs. Vereadores, foram unânimes, porque conseguimos o equilíbrio entre aquilo que veio do Executivo e a construção e a independência deste Legislativo, o maior da América Latina. Então eu quero apenas parabenizar todos os atores envolvidos – Vereadores, sociedade civil, que faz todas as suas reivindicações, legítimas, a este Vereador, sempre atento e com muito respeito.

Nós nunca faltamos com o respeito, e ouvimos; mas o projeto precisa caminhar. A cidade de São Paulo, como locomotiva do país, precisa caminhar, nobre Vereador Holiday.

Nesse sentido, refuto qualquer fala de jabuti, de coisas que diferem daquilo que a é a Lei de Zoneamento, e vou além disso... Eu vou além disso...

- Manifestação na galeria.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Sr. Presidente, quero somente respeito.

- Manifestação na galeria.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A Presidência esclarece ao Plenário e aos demais que a única lei que pode tratar da matéria é a 16.402, pois é um artigo dela; não há outro campo. Portanto, há uma leitura equivocada dos senhores. A única lei que permite tratar do tema é esta, e são vários artigos. Podem não concordar com o artigo, isso é outra leitura. Não concordar com o artigo é legítimo, mas a única lei que permite encaminhar a matéria é esta.

Para a conclusão, nobre Vereador.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Para a conclusão.

De forma muito sucinta, mas é o ponto crucial do art. 13º.

E eu queria, por favor, que prestassem atenção no art. 146 da Lei de Zonamento, que eu vou ler, inclusive, pausadamente, para que as pessoas possam fazer os seus juízos de valores.

- Manifestação na galeria.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Sr. Presidente, eu vou pedir mais uma vez para que eu possa concluir o meu raciocínio – está havendo falta de respeito com quem está na tribuna.

- Manifestação na galeria.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Desculpem, deixem eu concluir a minha fala, depois os senhores podem se manifestar. Eu conheço os argumentos dos senhores, e, como eu disse, eu os respeito. Posso até não concordar, mas eu os respeito; e queria que os senhores respeitassem na minha fala.

O art. 146 da Lei 16.402, de 22 de março de 2016, votado nesta Casa e sancionado pelo ex-Prefeito Fernando Haddad, reza que “fica proibida a emissão de ruídos produzidos por quaisquer meios ou por quaisquer espécies, com níveis superiores aos determinados pela legislação federal, estadual ou municipal, prevalecendo a mais restritiva”.

Inclusive, existe um decreto que regulamenta este artigo, que é o 57443, de 2016.

O Parágrafo 1º deste artigo reza “as medições deverão ser efetuadas pelos agentes competentes na forma da legislação aplicável, por meio de sonômetros devidamente aferidos, de acordo com as normas técnicas em vigor”.

Aqui eu quero abrir um parêntesis para falar sobre o Parágrafo 2º – não sou eu que estou dizendo. Está na Lei 16.402. Prestem bem atenção: “não estão sujeitos às proibições desta lei os sons produzidos pelas seguintes fontes”. Vou repetir: “não estão sujeitos às proibições desta lei os sons produzidos pelas seguintes fontes”. Letra a) aparelhos sonoros usados durante campanha, propaganda eleitoral, conforme disposto na legislação própria; b) sirene – aqui o texto inclusive tem um erro está escrito sereias, onde está escrito sereias, leia-se sirenes - ou aparelhos sonoros de viaturas quando em serviço de socorro ou policiamento; c) detonações de explosivos empregados no arrebatamento de pedreiras e rochas ou nas demolições desde que em horário e com carga previamente autorizados por órgão competente - aqui eu vou jogar luz a tudo aquilo que está sendo discutido; d) que não - todas essas atividades que eu vou ler agora - , não estão sujeitas a qualquer proibição, ou seja, não existe limite de qualquer dB sobre essas atividades e eventos que vou ler agora, manifestações em festividades religiosas, comemorações oficiais, reuniões desportivas.

O que são reuniões desportivas? Alguém pode me dizer? Mas eu vou exemplificar: são jogos de futebol, vôlei e todas atividades esportivas, campeonatos esportivos com público ou sem público, com show com música com tudo aquilo que hoje se faz no mundo inteiro.

Vou além: festejos ou ensaios carnavalescos e juninos, passeatas, desfiles, fanfarras, bandas de música. O que é banda de música? Não sou eu, Vereador Eli Corrêa, que estou dizendo. É a Lei de Zoneamento aprovada nesta Casa de Leis que fala que para bandas de música não existem limites de dB.

Segue a letra c) “desde que se realizem em local e horário previamente autorizados pelo órgão competente ou nas circunstâncias consagradas pela tradição”.

Essa é a excepcionalidade da Lei de Zoneamento, Presidente Milton Leite, o carnaval não se mede; o jogo de futebol não se mede; não se faz nenhuma medição; as bandas de música que são shows que estão classificadas; é isso que ninguém joga tem o jogador na várzea e nos grandes estádios; as bandas de música tocam em vários lugares, inclusive, nos estádios, nos parques. Eles estão excepcionalizados.

Peço um minuto da reflexão dos senhores e senhoras: vou seguir no meu raciocínio.

Item “e) sinos de templos, desde que tenham duração não superior a sessenta segundos e apenas para assinalação das horas e dos ofícios religiosos e carrilhões desde que o som tenha duração não superior a quinze minutos a cada quatro horas e somente no período diurno das 7h às 19h”.

“Parágrafo 3º. A fiscalização de ruído proveniente de veículos automotores seguirá o disposto em legislação própria”.

Agora nós estamos trazendo o §4º que, ao contrário de deixar ilimitados os grandes eventos e *shows* da cidade de São Paulo, vai regulamentar, e vou dizer o seguinte: vai ter limite sim de até 85 decibéis.

Por fim, quero deixar muito claro, de forma transparente e responsável, como sempre fiz na responsabilidade do Prefeito e desta Casa de Leis, nós vamos aprovar esse projeto em primeira.

- Manifestação da galeria.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – É um desejo, um desejo de votar esse projeto em primeira, para que possamos aprimorar, melhorar, discutir e, para uma segunda votação, termos segurança e mostrar para a sociedade que existe exceção à lei.

E nós, ao contrário de querer discutir que as bandas de música, os *shows*, os jogos não devam ter limite algum, o Prefeito está dizendo o seguinte, ouvindo e clamando a sociedade: “Nós vamos limitar em 85.” Por isso aqueles grandes eventos mundiais que vêm a São Paulo e esta cidade, que não é apenas a capital do trabalho, aqui há um turismo de entretenimento, com vários *shows* mundiais, com um público que vem a São Paulo não apenas para os *shows*, mas para consumir, o que gera emprego, gera renda. São Paulo não pode ficar aquém das grandes cidades mundiais e receber os *shows* que acontecem no mundo todo.

Por favor, com muita responsabilidade, nós não estamos reinventando a roda, nós não estamos criando absolutamente nada, nós estamos limitando algo que está ilimitado pela legislação.

Sr. Presidente, quero agradecer a compreensão, a paciência e o respeito de quem está na plateia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Neste momento, quero registrar a presença do Vereador Luko, da cidade de Elias Fausto, que se faz acompanhado dos Vereadores Claudio e Tavares, respectivamente do PSDB, PSB e PTB.

Não há mais oradores inscritos; está encerrada a discussão.

Há sobre a mesa substitutivo, que será lido.

Peço ao Sr. Secretário, Vereador Fernando Holiday, que proceda à leitura.

- É lido o seguinte: (*Substitutivo ao PL 362/2022*)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Lido o substitutivo, esta Presidência convoca a reunião conjunta das Comissões ao substitutivo do PL 362/2022, do Executivo. Também convoco a reunião conjunta das Comissões para os PLs 612/2022 e 408/2022, do Executivo.

Convoco a Vereadora Sandra Santana para presidir o presente Congresso de Comissões.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, uma informação muito triste que chegou, me permita. Já tivemos a triste notícia da partida da cantora Gal Costa, e me chega a notícia que perdemos o Rolando Boldrin, chamado Senhor Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Já tive a informação.

O SR. JAIR TATTO (PT) - (Pela ordem) – Ícone da cultura popular deste país e de todos os estados. Eu quero, Presidente, interrompendo, com a sua permissão, propor um minuto de silêncio neste momento.

De imediato, quero apresentar um PL para que o Centro Cultural Vergueiro, com a anuência de todos os Vereadores e todas as Vereadoras desta Casa, passe a chamar-se Centro Cultural Vergueiro Rolando Boldrin. Isso trataremos depois, mas seria o mínimo pelo que ele representa para a cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Obrigado, Vereador. Antes de chamar a reunião conjunta, façamos um minuto de silêncio pela passagem do Sr. Rolando Boldrin.

- Minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Suspendo a sessão para a reunião conjunta.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Reabertos os trabalhos. Há sobre a mesa requerimento de inversão, que será lido.

- É lido o seguinte: Req. inversão (1-2)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A votos o requerimento. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado.

Passemos à leitura do item.

- “PL 612 /2022, DO EXECUTIVO Dispõe sobre a regularização fundiária urbana de edificações, loteamentos e conjuntos/empreendimentos habitacionais implantados para fins de provisão de habitação de interesse social produzidos diretamente pelo Município, pelo Estado de São Paulo ou pela União, bem como por intermédio de concessões, parcerias público-privadas e convênios congêneres. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO NOMINAL E FAVORÁVEL DE 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Há sobre a mesa pareceres, que serão lidos.

- É lido o seguinte: (pareceres Constituição e Justiça e conjunto ao PL 612/2022)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 612/22.

Sras. e Srs. Vereadores, o presente projeto de lei requer quórum qualificado, podendo, a votação, ser presencial ou pelo sistema Teams, desde que haja voz e/ou imagem. É o sistema híbrido.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Não, Sr. Presidente, é que V.Exa. votou um projeto anterior, na forma simbólica. Acho que, na hora que V.Exa. fez a leitura, o PL é 612. E aproveitar para pedir aos Srs. Vereadores...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – É o PL 612/22.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sem dúvida.

E apenas reforçar aos Srs. Vereadores que a votação requer quórum qualificado.

Os Srs. Vereadores estavam dúvida: agora, Srs. Vereadores, é votação com quórum qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Sim, mas eu disse *quórum* qualificado.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nós não votamos nenhum projeto até agora, na tarde de hoje, apenas votamos requerimento de inversão de pauta.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Ah, somente inversão?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Somente inversão de pauta

O presente projeto era o antigo item 2 da pauta, que agora, diante do requerimento apresentado pelo nobre Vereador Fernando Holiday, passa a ser o item 1 da pauta.

Passaremos, neste momento, ao processo de votação.

Está encerrada a manifestação de V.Exa.?

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Encerrada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A votos o PL 612/2022, pelo processo nominal. Os Srs. Vereadores favoráveis, votarão “sim;” os contrários “não.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Eu voto “sim” e encaminho “sim”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminho “sim”. É importante para a regularização fundiária.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminho “sim”.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ADILSON AMADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento “sim”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento “sim”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLEY (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RICARDO TEIXEIRA (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e indico voto “sim”.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ISAC FELIX (PL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, com algumas ressalvas, voto “sim”.

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Eu quero esclarecer aos Srs. Vereadores que este projeto não é o de *dark kitchens*, não, que será o último projeto da pauta de hoje. Então não se trata do projeto de *dark kitchen*, não, viu? Esse é o projeto da regularização fundiária.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JAIR TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DELEGADO PALUMBO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ALFREDINHO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. RUTE COSTA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JAIR TATTO (PT) - (Pela ordem) – Não entendi por que não foi por aclamação, Sr. Presidente.

Vereador Jair Tatto vota “sim”.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) – (Pela ordem) – Vereador Paulo Frange vota “sim”.

Não está no painel registrado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Vereador Paulo Frange?

O SR. PAULO FRANGE (PTB) – (Pela ordem) – Sim, não está entrando o meu nome.

O SR. JAIR TATTO (PT) – (Pela ordem) – Eu fiz uma pergunta: por que é que não foi por aclamação, Presidente. Só essa pergunta que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Qual a pergunta, Vereador? Não foi audível.

O SR. JAIR TATTO (PT) – (Pela ordem) – Se não foi por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Porque é quórum qualificado. Tem que ser votação nominal. Essa mudança na legislação fundiária é de zoneamento. Quórum qualificado.

A SRA. JANAINA LIMA (MDB) – (Pela ordem) – Vereadora Janaína Lima vota “sim”.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - (Pela ordem) – Vereador Professor Toninho Vespoli vota “sim”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) - (Pela ordem) – Vereador Danilo

do Posto de Saúde vota “sim”.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram “sim” os Srs.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Passemos à proclamação do resultado: votaram “sim” 51 Srs. Vereadores. Está aprovado em primeira discussão. Volta em segunda.

Tem a palavra, para declaração de voto, a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Perfeito, Srs. Vereadores, uma declaração de voto. A Bancada do PSOL votou favorável ao projeto da regularização fundiária. Tivemos muito mais acordos do que qualquer desacordo. É um PL que permite que se tenha certeza da habitação na cidade de São Paulo. Traz um avanço grande que é, em grande parte, conquista dos movimentos de moradia desta cidade.

Eu queria, nesta declaração de voto bastante breve, dizer que alguns pontos nos fizeram ser favoráveis ao projeto: a questão de criar um mecanismo que permita a regularização fundiária. Quem está numa casa num lugar em que não tem, digamos a garantia, a escritura da casa, mas está ali há muitos anos, às vezes, por ser uma ocupação antiga, uma ocupação que tem décadas, vai permitir o mecanismo para que a pessoa tenha segurança da sua habitação.

Tem um segundo ponto muito fundamental que é o perdão das dívidas de IPTU para quem tem HIS, habitação de interesse social. Por algumas questões administrativas e de gestão ocorrem erros na cobrança do IPTU na cidade de São Paulo. Alguns desses erros são graves, famílias que moram em HIS, às vezes, em conjunto habitacional, habitações de baixa renda, têm uma cobrança de IPTU acumulado; a família assusta; acha que está devendo 2 mil, 3 mil reais de IPTU, o que não é o caso. Então, isso permite essa segurança para as famílias.

Queria, nesta breve declaração de voto, também dizer que é muito importante. Queria fazer um pedido: que tenha mais uma audiência sobre esse caso com o CMH, com o Conselho Municipal de Habitação que, inclusive, teve uma votação nesse final de semana; uma votação com ampla participação popular. Eu queria parabenizar publicamente a Chapa 303, Moradia e Reforma Urbana, uma chapa de movimentos sociais, de movimentos de moradia que batalhou e conseguiu garantir oito das dezesseis cadeiras do Conselho Municipal de Habitação.

Queria dar esses parabéns. E fazer mais um pedido: para que o Conselho Municipal de Habitação também consiga fazer parte da execução desse projeto, que também seja um aliado; o Conselho Municipal de Habitação é um aliado. Parabenizo, mais uma vez, a Chapa 303, e peço que seja escutado na regularização fundiária.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) – (Pela ordem) – Eu queria apoiar essa sugestão de que o Conselho Municipal de Habitação que foi objeto de votação neste final de semana, com uma presença extraordinária da população de São Paulo, que participou e praticamente houve uma votação muito próxima das Chapas 303 e acho que...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Acho que 202, que eu apoiei, pesadamente.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Eu apoiei a 303.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) – (Pela ordem) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – E impus uma derrota enorme aos adversários.

O SR. JAIR TATTO (PT) – (Pela ordem) – Nós vamos seguir com os projetos?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) – (Pela ordem) – Acho que vai ser oito a oito, e os membros das duas chapas estarão presentes.

Fica a sugestão, Vereador Fabio Riva, para que possa haver a audiência com a participação do Conselho Municipal de Habitação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – (Pela ordem) – Para encerrar a matéria, apenas quero informar que esse projeto legislativo carece de duas audiências públicas, por isso, com certeza, vamos convidar todos os envolvidos, inclusive CMH, Secretário. Acho que é um importante projeto de habitação de interesse social na cidade de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Há sobre a mesa requerimento, que será lido.

- É lido o seguinte: *(Requerimento de inversão de pauta: 2-3)*

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – A votos o requerimento. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovada a inversão de pauta.

Passemos ao item da pauta.

- “PL 408/2022, DO EXECUTIVO. Altera a Lei nº 16.703, de 4 de outubro de 2017, que disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos que serão realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD; introduz alterações na Lei nº 16.211, de 27 de maio de 2015, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Há sobre a mesa parecer que será lido.

Peço ao Sr. Secretário, Vereador Fernando Holiday, que proceda à leitura do parecer.

- É lido o seguinte: *(Parecer conjunto das Comissões Reunidas de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; Administração Pública; Trânsito, Transporte e Atividade Econômica; Educação, Cultura e Esportes; e Finanças e Orçamento ao PL 408/2022, do Executivo)*

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Lido o parecer, em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 408/2022. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Desculpa, Sr. Presidente.

- Manifestação simultânea.

O SR. ALFREDINHO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto contrário deste Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Perdão. Vou anular a votação, porque há inscrições para encaminhamentos de votação.

Não proclamei o resultado. Submeto ao Plenário a anulação do processo de votação. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. Aprovado. Está anulado, porque há oradores inscritos.

Passemos aos encaminhamentos de votação.

Tem a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Senhor Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, já falei um pouco sobre o PL 408/22. Eu pediria que colocasse de novo, para ficar registrado, o que temos de dados. A Prefeitura desestatiza, entrega o patrimônio público, pega o recurso da entrega dos bens públicos para investir em asfalto. Nos anos 2019 a 2021, mais de 50% do recurso vindo dessas concessões, dessas privatizações foram para o asfalto, quando,

na verdade, deveriam ir para as áreas sociais.

Para que os senhores tenham uma ideia, vou falar rapidamente. Surpreendentemente, o caixa da Prefeitura de São Paulo aumenta a cada dia. Hoje temos 32,6 bilhões de reais no caixa da Prefeitura. Com uma aplicação financeira desse recurso, temos 2,5 bilhões de reais, juros de aplicação desse recurso. Onde isso está sendo investido? Não está sendo investido nas áreas prioritárias.

Aí tem um projeto que vai entregar o patrimônio público, desestatizar, abrir a porteira para a desestatização para que esse recurso venha. Então esse recurso que está aí, tanto o recurso do caixa como o recurso advindo de qualquer desestatização, de entrega do patrimônio público.

O Prefeito Ricardo Nunes tem um compromisso na Câmara Municipal, de enviar um projeto ou de permitir que aprovemos a revogação do confisco de aposentadorias e pensões dos servidores públicos municipais, que foi feito com a reforma do Smapprev 2. Então nós temos 2,5 bilhões de juros da aplicação dos recursos em caixa, então temos condições, plenamente, Prefeito Ricardo Nunes, de revogar o confisco de aposentadorias e pensões do servidor que ganha um salário mínimo, acima de um salário mínimo, ganha 1,5 mil reais, e tem o desconto da previdência. É um verdadeiro crime que foi cometido aqui.

Então quero dizer para o Prefeito Ricardo Nunes: os números estão ali, os números são do balanço, então temos esses valores todos aplicados, mas de 50% aplicados em asfalto na cidade de São Paulo quando, na verdade, os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, deveriam ser aplicados nas áreas sociais, e não são.

Percebemos claramente que o Governo não está preocupado com absolutamente nada do social, não consegue ter uma programação, não consegue ter um planejamento de projetos para investimento na cidade de São Paulo, e o recurso está lá guardado, e a situação da Cidade é essa, lamentável, que temos vivido aqui.

Então reafirmo o compromisso para o Prefeito Ricardo Nunes, exigindo uma providência. Apresentei o PDL 92 para revogar o confisco das aposentadorias e pensões. Espero

que as vereadoras e os vereadores apoiem esse projeto, que façamos essa discussão na Câmara Municipal. A Lei 1.380, na Assembleia Legislativa, já revogou o confisco em nível estadual e nós precisamos fazer isso aqui também.

Recursos há, falta a vontade política do Prefeito Ricardo Nunes de atender esses aposentados e pensionistas que tiveram o confisco das suas aposentadorias e pensões. E isso é um valor muito insignificante perto do recurso que está sendo drenado para asfalto e outras políticas que não são políticas das áreas sociais.

Dessa maneira, Sr. Presidente, encaminho voto contrário a esse projeto de lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – Esse projeto trata de algumas questões, uma é a cessão onerosa de direito à nomeação de equipamentos esportivos municipais.

Bom, eu acho isso bastante temeroso. A Prefeitura municipal não está com problema de caixa. Eu acho que acabam ganhando muito mais algumas empresas que vão pegando o equipamento público para fazer propaganda. Mais ainda, eu acho que isso afeta a Cidade Limpa, nós estamos desvirtuando a Cidade Limpa. É um direito nosso não ter poluição visual e, quando fazemos isso, estamos afetando fortemente a Cidade Limpa, que foi um acerto para a cidade de São Paulo.

Outra questão é a seguinte: já que é para fazer, faz direito. Tem de ter expertise para fazer. Imaginem, por exemplo, que todos os CDCs vão poder colocar o nome de uma empresa, 75% do dinheiro ficaria para o equipamento. Mas é claro que se a empresa vai investir vai querer colocar o seu nome no lugar onde ela terá visibilidade.

Por exemplo, o CDC onde eu moro, na região de Sapopemba, é bem escondido, é

na quebrada. Não tem visibilidade nenhuma, ninguém vai querer colocar lá. Agora, eles vão querer colocar em outros lugares onde houver visibilidade. O Governo, pelo menos, deveria fazer um estudo desses equipamentos esportivos e amarrar: Olha, você vai ficar com um bom, mas vai ficar também com o ruim.

O que vai acontecer é que os 30, 40, 50 que têm visibilidade vão conseguir atrair o setor privado para exibir seu nome, para ter a cessão como o Allianz Parque ou o Corinthians com a Neo Química.

Mas os equipamentos que não tiverem a possibilidade de visibilidade vão continuar na mesma precarização. Então assim, nem estudar o Governo estudou para fazer um projeto decente nesse ponto de vista.

Outra coisa é aumentar o rol de bens públicos que poderão ter outorga de concessão. As áreas que eles acabam colocando a mais: áreas situadas embaixo de viadutos, pontos adjacentes do Município de São Paulo; pontos de comércio de serviços situados em vias de logradouros públicos; áreas localizadas em equipamentos culturais no Município de São Paulo. Fora os equipamentos desportivos, vai acontecer isso também nos equipamentos culturais.

Agora, sim, Vereador Celso Giannazi, o senhor acha que o teatro de Cangaíba vai ter o mesmo prestígio que o Theatro Municipal, por exemplo? É claro que os caras vão querer pegar a fatia onde lhes interessa; onde não lhes interessar, não terá investimento nenhum. Novamente, o Governo não faz nenhum estudo de fazer uma amarração de algum equipamento que dá visibilidade e interesse com um outro que não houver. O Governo infelizmente faz um projeto muito aquém do que poderia fazer.

Numa outra área, vão conceder pontos de comércio e serviços situados em vias de logradouros públicos que possam contemplar a utilização de mobiliários públicos associados como bicicletários, sanitários, bancos e tudo mais. Isso também fala muito do espaço da cidade, do direito da cidade.

Hoje, já há estimativa de que temos de 60 a 70 mil pessoas morando nas ruas. Como ficam essas áreas que serão usadas para isso? Uma concessão tirar o direito das pessoas que

já nem têm direito a casa, direito a nada, ainda não terão direito a determinados espaços na cidade de São Paulo, como acontece agora no Anhangabaú.

É bastante temerário esse tipo de projeto. A cidade ganha muito pouco. Eu acho que a sociedade nem debateu as consequências dessa medida, votar o projeto é prematuro, por isso, a Bancada do PSOL vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nobre Vereadora Luana, seu tempo já se esgotou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Já? Encerrado o processo de encaminhamento, passemos ao processo de votação.

A votos o PL 408/2022. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, requeiro, regimentalmente, uma verificação nominal de votação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – É regimental o pedido de V.Exa. A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Voto “sim”, encaminho voto “sim”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento voto “sim”.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento “sim”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento “sim”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento voto “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RICARDO TEIXEIRA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. RUTE COSTA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – (Pela ordem) – Sr.
Presidente, voto “não”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto
“sim”.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. JANAÍNA LIMA (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente,
voto “não”.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ALFREDINHO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. DELEGADO PALUMBO (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente,

pelo bem da cidade, voto “não”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ISAC FELIX (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto

“sim”.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram

“sim” os Srs.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite UNIÃO) – Votaram “sim” 36 Srs. Vereadores; “não”, 13 Srs. Vereadores. Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.

Passemos ao item seguinte.

- “PL 362/2022, DO EXECUTIVO. Estabelece regras aplicáveis a estabelecimentos formados por um conjunto de cozinhas industriais, utilizadas para produção por diferentes restaurantes e/ou empresas, destinada à comercialização de refeições e alimentos essencialmente por serviço de entregas, sem acesso de público para consumo no local, configurando operação conjunta, regime de conglomerado ou condomínio de cozinhas, popularmente conhecidas como ‘dark kitchens’. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª (DISCUTIDO POR 55MIN48S). APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO NOMINAL E FAVORÁVEL DE 2/3 DOS MEMBROS DA CÂMARA. HÁ SUBSTITUTIVO DAS COMISSÕES REUNIDAS.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite UNIÃO) – A discussão foi encerrada e o substitutivo lido.

Há sobre a mesa parecer, que será lido.

- É lido o seguinte: (parecer ao substitutivo PL 362/2022)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Lido o parecer. Passemos ao encaminhamento de votação.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) –Srs. Vereadores, chegamos aqui já no momento de encaminhamento de votação do PL das cozinhas industriais, dark kitchens, e eu queria mais uma vez lamentar que não tenhamos conseguido fazer o debate qualificado sobre esse tema. Mais uma vez um PL que impacta a vida de muitos moradores da cidade de São Paulo é tratado de forma atropelada, é tratado como qualquer coisa.

É muito ruim que isso aconteça porque isso passa uma imagem, não é só de um Vereador, de outro Vereador, é da Câmara Municipal de São Paulo enquanto instituição, que perde cada vez mais a sua credibilidade perante a população. Então, queria primeiro lamentar isso.

Vou repetir o que pode parecer óbvio, mas infelizmente não é óbvio para muitos dos colegas, que é o fato de que existe uma divisão entre tipos de ocupações do solo, e isso serve há um propósito. Em um lugar tem indústria, em outro lugar tem comércio, em outro lugar tem moradia. Isso tem a ver com bem-estar, isso tem a ver com saúde, com salubridade, tem a ver com o fato de que não dá para colocar o estabelecimento Industrial do lado da casa das pessoas.

Essa é a questão, é muito simples. Não queremos, nesta Casa, inviabilizar uma atividade econômica. Nós, como Poder Público, temos o dever de regular o assunto para que o interesse privado de uma pequena minoria, de um grupinho de empresários não se sobreponha ao interesse de uma ampla maioria da população que, hoje, não consegue ficar em paz em sua própria casa. Esse é nosso dever, essa é nossa função como Poder Público. Não dá para o interesse de meia dúzia de empresários passar na frente do interesse da população de São Paulo. Isso é algo óbvio.

Então, para nós, é terrível o que está acontecendo. Vou colocar mais uma vez a questão do som, Vereador Toninho. Isso sim é “jabuti”. Não tem outro nome, é “jabuti”. É colocar

um elemento que não tem nada a ver com o que trata originalmente o projeto para tentar passar com mais facilidade. Se a Diretoria do Palmeiras foi pressionar a Prefeitura de São Paulo, vocês coloquem em outro projeto, não nesse. Coloquem em um projeto à parte que vocês querem aumentar para não sei quantos decibéis, para barulho de motor de avião ao lado da casa das pessoas. Agora, colocar isso no meio de outro projeto, honestamente, é uma prática muito antidemocrática.

Eu queria mais uma vez apelar para que isso não aconteça na Câmara Municipal de São Paulo, pois é vergonhoso. Envergonha a Câmara Municipal de São Paulo e a nós Vereadores. O que está acontecendo é que se quer colocar um aumento de ruído, que é muito alto, ao lado da casa das pessoas. É plenamente possível pensar formas para que isso não aconteça. Se moramos em uma região predominantemente residencial e não conseguimos ter um mínimo de tranquilidade e de conforto, então temos um problema. Mais uma vez: o som e cozinha industrial – porque são dois assuntos absolutamente diferentes no mesmo PL – tem como única semelhança o fato de que um grupinho de empresários com muito dinheiro se sobrepõe ao interesse da maioria. Essa é a única semelhança que enxergo nos dois casos. No caso das cozinhas industriais, elas foram, inclusive, depoentes. Pegamos depoimento deles na CPI dos aplicativos. Eles chamam as cozinhas de “cozinhas do futuro”, cozinhas de não sei o quê – há mil nomes que eles podem colocar -, mas são estabelecimentos industriais no meio de regiões residenciais, e esta Câmara quer colocá-los como prioridade na frente do interesse da população de São Paulo. No segundo caso, é mais uma vez o interesse de grandes eventos para tentar não receber nenhum tipo de multa ou reprimenda por ultrapassar o limite estabelecido para o som.

Então, Vereador Toninho, essa é a única coisa que há em comum. E vou retomar, sim, a questão dos entregadores, pois essa é uma pauta importante. É uma categoria de trabalhadores que aumentou durante a pandemia e está sendo absolutamente negligenciada em todos os casos. Os entregadores, que trabalham infinitas horas todos os dias em cima de uma bicicleta ou em cima de uma moto, ficam entre residências e cozinhas industriais. E não há uma

mínima estrutura, essas cozinhas não fornecem. O que eles querem é só o dinheiro, só o lucro, e nada de estabelecer condições mínimas para que a operação econômica deles funcione. É a mesma prática que vemos acontecer o tempo inteiro: o lucro é privatizado e o prejuízo, compartilhado. Isso tem acontecido muito, e esta Câmara tem permitido. Se você quer ser empresário, se você abre uma empresa, ninguém aqui está dizendo que não pode. Agora, você vai ter o seu benefício e pode ter prejuízo também. O empresário quer que o seu lucro fique só para ele, mas se houver prejuízo, aí é problema da cidade de São Paulo, de todo mundo. Essa é a lógica.

Reafirmo: a Bancada do PSOL irá votar “não” a esse projeto. Sei que muitos dos Srs. Vereadores que votarão “sim” gostariam de votar “não”. Sei disso, pois conversei com alguns em particular. Mas faço mais uma vez este apelo: a Câmara Municipal de São Paulo pode muito bem dar um sinal, uma manifestação de independência neste momento em relação à Prefeitura e dizer “não” a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Antes de chamar o próximo orador, cabe esclarecer à nobre Vereadora que não há nada de errado no projeto. V.Exa. faz uma afirmação que é grave para a Câmara Municipal quando diz que é vergonhoso, que é “jabuti”. A lei que versa...

- Manifestações no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – A lei que versa sobre a matéria, Vereadora, é a mesma. A Câmara não pode votar, não deve votar segundo a vossa orientação, a vossa vontade.

- Manifestações longe do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – A senhora não tem que tachar a Câmara. Esta é a Casa do povo e não há nada vergonhoso, porque ela cumpre, a Câmara cumpre o rito legal. O projeto de lei, a lei de que trata a matéria é a 16.402/2016. É a única lei que nós podemos tratar a matéria.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) - Eu me expressei no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nobre Vereadora, eu não lhe dei aparte.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – É uma posição do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nobre Vereadora, V.Exa. quer afirmar que a Câmara...

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Eu expressei a posição política do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – V.Exa. pode, mas não contra a Câmara e com os demais Vereadores. Nós não aceitamos.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – Não foi contra a Câmara, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – V.Exa. falou que é vergonhoso para a Câmara, e cabe a Presidência não aceitar isso.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – Não, eu falei que é vergonhoso fazer jabuti. E eu fiz um apelo para os meus Colegas. Eu fiz um apelo para os meus Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – A Câmara não vota segundo a vontade de V.Exa.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – E eu pedi voto aos meus Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nobre Vereadora, V.Exa. pode falar, mas não ataque a Câmara.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – O que é muito comum aqui no púlpito; é muito comum aqui no público.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – V.Exa. não gosta da posição da maioria.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – Todos os Vereadores fazem isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – O PSOL tem um problema: Respeitar a maioria.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, aí não dá.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – V.Exa. reclama do Sr. Bolsonaro, para respeitar a maioria. Respeite a maioria, nobre Vereadora.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, não sou eu que estou inviabilizando o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – V.Exa. está dizendo. Respeite a maioria.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – A maioria vai decidir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Então, respeite.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, o que existe para o meu povo é a posição do PSOL. Não há nenhum problema nisso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Não ataque a Câmara.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) - Eu não estou entendendo a sua posição.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Eu estou sendo bem claro. V.Exa. diz que é vergonhoso para a Câmara. A posição da Presidência é “não”; a posição da Presidência é “não”. O processo é legítimo e correto.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente,

bom então vou aqui complementar o tempo da Vereadora Luana Alves. Eu queria lembrar os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras - já estou contando o meu tempo - que, em outro Governo, em outra conjuntura aqui, nós estávamos discutindo um projeto que poderia privatizar os terminais de ônibus e, na época, colocaram um jabuti lá, que poderiam as concessões de ônibus estenderem de quinze para vinte anos. E eu falei: "Isso aqui é um jabuti e não podia." Vários Vereadores aqui para mim falaram que podia, porque tratava tudo sobre questão de transporte. Eu até entrei com uma Adin, eu não, o PSOL. Nós fizemos a Adin e entregamos ao PSOL. O PSOL entrou com a Adin. O Sr. Prefeito Bruno Covas teve de pegar - naquela semana em que estava assinando concessões para transporte público de vinte anos - teve de fazer aditivo, para virar de quinze anos, porque aquilo era um jabuti.

Então, às vezes, aqui, na Câmara Municipal, os jabutis acontecem, porque senão não tínhamos ganhado no Supremo; como também quando se passou aqui o projeto de lei que poderia haver *voucher* para CEI e EMEI. Eu também entrei na Justiça e falei que isso era inconstitucional. Vários Vereadores vieram aqui.

Sr. Presidente, inclusive V.Exa. também defendeu que era constitucional. E aí nós ganhamos na Justiça, porque o Tribunal de Justiça entendeu que era inconstitucional. Então, quando se está falando sobre jabuti, é porque o PSOL tem entendimento de coisas que são inconstitucionais ou de coisas que são matérias que não poderiam ser tratadas em um projeto, mas estão sendo tratadas. Quanto ao entendimento do PSOL, podemos estar certos ou errados, mas o nosso entendimento é que o artigo 13 não deveria estar nesse projeto. E se precisar, nós vamos à Justiça. A Justiça vai decidir, como decidiu também sobre os *vouchers* da Educação e também sobre várias questões, inclusive a concessão do transporte de vinte para quinze anos.

É o nosso entendimento. Nós ganhamos nas outras. Podemos até estar errados nessa, mas nós vamos fazer o debate, porque nós acreditamos no que achamos o que é correto para a cidade de São Paulo e nós vamos às últimas consequências, se precisar ir à Justiça. Esse é o nosso posicionamento.

Desculpem-me os que não gostam. Reclamem com os eleitores que colocam os

Vereadores do PSOL aqui, que têm os mesmos posicionamentos que nós. Isso é democracia.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY (PT) – Sr. Presidente, a liderança do PT informou-nos que estamos liberados para votar o PL 362/2022. Eu gostaria de dizer que como há um propósito do Governo de alterar para a segunda votação, na medida em que, de fato, na segunda votação houver uma diminuição considerável desse limite de decibéis e outras melhorias que poderão aperfeiçoar o projeto, então, nesta primeira votação meu voto contrário, e vamos ver as melhorias que serão feitas para a segunda votação. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Encerrado o encaminhamento. Passemos ao processo de votação do PL 362/22 do Executivo.

Há sobre a mesa dois substitutivos. O primeiro a ser votado é das Comissões Reunidas que a Liderança de Governo recomenda a rejeição.

Srs. Vereadores e Sras. Vereadores, o substitutivo das Comissões Reunidas que colocaremos em votação nominal necessita de quórum qualificado de 2/3, a orientação é, repito, de votação do substitutivo das Comissões Reunidas, o qual tem preferência de votação, pela rejeição.

A votos o substitutivo das Comissões Reunidas ao PL 362/22. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários “não”.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Eu voto “não” ao substitutivo e

encaminho voto “não”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – (Pela ordem) – Fabio Riva vota “não” e também encaminha voto “não”.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) – (Pela ordem) – João Jorge “não”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) – (Pela ordem) – George Hato vota “não”.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) – (Pela ordem) – Camilo Cristófar vota “não”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sansão Pereira vota “não” e encaminha voto “não”.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sandra Tadeu vota “não”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) – Gilson Barreto “não”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) – Edir Sales vota “não”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sansão Pereira vota “não” e encaminha “não”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) - (Pela ordem) – Sidney Cruz vota “não”.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sandra Tadeu vota “não”.

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) - (Pela ordem) – Thammy Miranda vota “não”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) - (Pela ordem) – Marlon Luz vota “não”.

O SR. RICARDO TEIXEIRA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Ricardo Teixeira vota “não”.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) - (Pela ordem) – Camilo Cristóforo vota “não”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) - (Pela ordem) – Eli Corrêa vota “não”.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) – (Pela ordem) – Gilberto Nascimento “não”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) – (Pela ordem) – Sandra Santana vota “não”.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sandra Tadeu vota “não”.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) – (Pela ordem) – Gilberto Nascimento “não”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Marcelo Messias “não” pela segunda vez.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

A SRA. EDIR SALES (PSD) – (Pela ordem) – Edir Sales “não”.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) – (Pela ordem) – Paulo Frange “não”.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – Rubinho Nunes “não”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) – (Pela ordem) – Milton Ferreira “não”.

A SRA. JANAÍNA LIMA (MDB) - (Pela ordem) – Janaína Lima vota “não”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – André Santos vota “não”.

A SRA. JANAÍNA LIMA (MDB) - (Pela ordem) – Janaína Lima vota “não”.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sonaira Fernandes vota “não”.

O SR. ISAC FELIX (PL) - (Pela ordem) – Isac Felix vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Estamos em processo de votação nominal do substitutivo das Comissões Reunidas. A orientação do Governo é para que se vote “não”.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - (Pela ordem) – Senival Moura vota “não”.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. (PSDB) – (Pela ordem) – Carlos Bezerra vota “não”, Presidente.

O SR. JAIR TATTO (PT) – Jair Tatto vota “não”.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) – (Pela ordem) – Presidente, Major Palumbo vota “não”, reiterar o voto.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – (Pela ordem) – Cris Monteiro vota “não”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) – (Pela ordem) – Danilo do Posto de Saúde vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Bombeiro Major Palumbo votou “não”. Agora sim apareceu.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Inaudível

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) – (Pela ordem) – Inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Nem a Juliana Cardoso, nem o Arselino Tatto votaram. Só falaram, mas não ouvimos.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) – (Pela ordem) – Arselino Tatto vota “não”.

O SR. JAIR TATTO (PT) – (Pela ordem) – O processo está demorado hoje, Presidente. Perdemos Gal Costa e Rolando Boldrin, tristeza bate no coração da gente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Vereadora Juliana, seu voto não

entrou.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) – (Pela ordem) – Alessandro Guedes “não”.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) – (Pela ordem) – Juliana Cardoso vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Estamos em processo de votação nominal do substitutivo das Comissões Reunidas. A orientação do Governo é para que se vote “não”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram “não” os Srs.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Votaram “não” 41 Srs. Vereadores.

Rejeitado o substitutivo das Comissões Reunidas.

Passemos à votação nominal do substitutivo da liderança do Governo ao PL 362/22.

A votos. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, este é o que tem o jabuti?

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Não tem jabuti.

V.Exa. insiste em reduzir o trabalho dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Nobre Vereador Professor Toninho Vespoli, estamos em processo de votação.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - (Pela ordem) – Só para eu entender.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Peço para não tumultuar o processo de votação.

A Presidência está encaminhando. Não lhe dei a palavra.

Passaremos a votar o substitutivo da Liderança do Governo. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”.

- Inicia-se a votação, de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Voto “sim” e encaminho “sim”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento voto “sim”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. JANAÍNA LIMA (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento voto “sim”.

O SR. ISAC FELIX (PL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminhamento voto “sim”.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RICARDO TEIXEIRA (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, com o compromisso do Governo de ajustar em segunda votação, voto “sim”.

- Manifestação na galeria. (Vergonha).

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. JAIR TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, respeito o líder Senival.
Voto “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente,
voto “sim”.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente,
a pedido do Vereador Riva, contra o jabuti, voto “não”.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente,
voto “não”.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DELEGADO PALUMBO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Lembro aos Srs. Vereadores de que há emendas.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) – (Pela ordem) – “Abstenção”.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram
“sim” os Srs...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Encerrada a votação, passemos à proclamação do resultado. Votaram “sim” 40 Srs. Vereadores; “não”, 09 Srs. Vereadores; absteve-se de votar 1 Sr. Vereador. Está aprovado o substitutivo da Liderança do Governo ao PL 362/22.

Há sobre a mesa emendas, que serão lidas.

- É lido o seguinte: (emendas 1 a 8 ao PL 362/22)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) - Há sobre a mesa requerimento, que será lido.

- É lido o seguinte: (Requerimento, do Vereador Fabio Riva, votação em bloco às emendas apresentadas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – A votos o requerimento. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

- Registro, por microfone, do voto contrário do Sr. Celso Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Registre-se o voto contrário do nobre Vereador Celso Giannazi. Aprovado.

A votos as emendas em bloco único, permanecendo quórum qualificado para aprovação, dois terços, ressaltando que para a rejeição são suficientes 19 votos; aprovação das emendas requer 37 votos.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Este Presidente vota “não” e encaminha voto “não”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não” e encaminho voto “não”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não” e encaminho voto “não”.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. SONAIRA FERNANDES (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não” e encaminhado voto “não”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. CAMILO CRISTÓFARO (AVANTE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. RICARDO TEIXEIRA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ISAC FELIX (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. DRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. ELY TERUEL (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. THAMMY MIRANDA (PL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ADILSON AMADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. JANAÍNA LIMA (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. CARLOS BEZERRA JR. (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – (Pela ordem) – Sr.

Presidente, voto “sim”.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”. Vereadores, vamos votar “sim”, porque essa emenda nossa tira o jabuti.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”. Vou representar minhas emendas em segunda.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. JOÃO JORGE (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. MILTON FERREIRA (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) – (Pela ordem) – Sr. Presidente,
voto “não”.

A SRA. CRIS MONTEIRO – (NOVO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram
“sim” os Srs.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Passemos à proclamação do resultado. Votaram “sim”, 07 Srs. Vereadores; “não”, 34 Srs. Vereadores; 41 Srs. Vereadores, no total. Rejeitadas as emendas. O projeto volta em segunda discussão.

Para a rejeição das emendas, são necessários apenas 19 votos, considerando que 37 votos são necessários para a aprovação da matéria. Sendo assim, está aprovado em primeira discussão. Volta em segunda.

Não havendo nada mais a ser tratado, relembro aos Srs. Vereadores que a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, 10 de novembro, foi desconvocada, para a realização, no mesmo dia e horário, de audiência pública da Comissão Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, para debater acerca da permanência dos moradores da Comunidade Vila Nova Esperança, situada na região do Butantã, de acordo com o art. 155 do Regimento Interno, e conforme o Regimento RDP 33/2022.

Relembro a convocação da próxima sessão ordinária, quarta-feira, 16 de novembro; cinco sessões extraordinárias que terão início aos cinco minutos de quinta-feira, 17 de novembro; cinco sessões extraordinárias logo após a sessão ordinária de quinta-feira; e cinco sessões extraordinárias que terão início aos cinco minutos de sexta-feira, 18 de novembro, todas com a Ordem do Dia a ser publicada.

Desconvoco as demais sessões extraordinárias convocadas para esta semana.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Gostaria de agradecer a votação de hoje. Obrigado. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Estão encerrados os nossos trabalhos.